



Artigo
Article

**CARACTERIZAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR EM
MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO ALTO OESTE POTIGUAR**

*CHARACTERIZATION OF THE MICRO-ENTREPRENEUR IN SELECTED
MUNICIPALITIES OF THE HIGH WEST OF POTIGUAR (BRAZIL)*

Gabriel Pedro da Silva¹
Boanerges de Freitas Barreto Filho²

RESUMO: O trabalho tem como objetivo discutir sobre as características fundamentais do Microempreendedor Individual (MEI) nos municípios de Riacho da Cruz/RN, Taboleiro Grande/RN, Portalegre/RN e Viçosa/RN. Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, levantamento de dados em sites de órgãos públicos e pesquisa de campo. Os principais resultados mostram que os optantes do MEI tinham, em média, o ensino médio completo ou mais; a faixa etária de 24 anos até 45 anos foi a que apresentou maior concentração; o relacionamento com fornecedores melhorou após a formalização; as vendas aumentaram após ingressar no MEI, exceto em Taboleiro Grande/RN; a própria residência foi apontada, predominantemente, como o local de funcionamento dos negócios; a maior parte dos pesquisados não acessou linhas de financiamento e/ou empréstimos. Conclui-se que, nos municípios pesquisados, as principais características econômicas dos optantes do MEI foram: predominância de pessoas do sexo masculino; majoritariamente casadas; chefes de família; com escolaridade média de ensino médio ou mais anos de estudos; com maior percentual atuando no comércio; maioria utiliza o domicílio para funcionamento do negócio; maiores percentuais indicaram melhorias de vendas e de relacionamento com fornecedores após a formalização e; as principais motivações para formalização foram ter direitos previdenciários e melhorar o negócio.
Palavras-chave: Microempreendedor Individual; Caracterização; Alto Oeste Potiguar.

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bacharel em Ciências Econômicas. E-mail: gabrielsilva@alu.uern.br.

² Professor do Departamento de Economia, Campus Avançado de Pau dos Ferros/RN, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1777-3520>. E-mail: boanergesfilho@uern.br.

ABSTRACT: The work aims to discuss the fundamental characteristics of the Individual Microentrepreneur (MEI) in the municipalities of Riacho da Cruz/RN, Taboleiro Grande/RN, Portalegre/RN and Viçosa/RN. The following methodological procedures were adopted: bibliographical research, data collection on public agency websites and field research. The main results show that those opting for the MEI had, on average, completed high school or more; the age group from 24 years to 45 years was the one with the highest concentration; relationship with suppliers improved after formalization; sales increased after joining the MEI, except in Taboleiro Grande/RN; the residence itself was pointed out, predominantly, as the place where the businesses operate; most of those surveyed did not access lines of financing and/or loans. It is concluded that, in the surveyed municipalities, the main economic characteristics of those opting for the MEI were: predominance of males; mostly married; family heads; with average schooling of high school or more years of study; with a higher percentage working in commerce; most use the home to run the business; higher percentages indicated improvements in sales and relationship with suppliers after formalization and; the main motivations for formalizing were having social security rights and improving the business. **Keywords:** Individual Microentrepreneur; Description; High West Potiguar (BRAZIL).

INTRODUÇÃO

Em circunstâncias de elevado desemprego e/ou em áreas de elevados índices de pobreza e extrema pobreza e com estruturas econômicas pouco complexas parece que o empreendedorismo se constitui numa estratégia de sobrevivência (empreendedorismo por necessidade). Neste sentido, parece ser adequado que sejam formuladas e executadas políticas públicas para apoiar e dar suporte para os pequenos e microempreendedores, inclusive para permitir cobertura previdenciária e acesso ao crédito.

As intervenções do Poder Público são mediadas pelo estabelecimento de leis e normas que fixam os parâmetros de atuação. Dentre as iniciativas, destacam-se: a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar n.º 123/2006); a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM (Lei n.º 11.598/2007) e a Lei Complementar n.º 128/2008, que institui a figura do Microempreendedor Individual (MEI). (Portal do Empreendedor, 2022).

Dados extraídos do Portal do Empreendedor (2022) indicam a existência de 14.184.784 de Empresas Optantes no sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (SIMEI), por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Também tendo o ano de 2022 como referência, verificou-se que o RN apresentava 173.525 inscritos e a Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros contava com 5.927 inscritos, apenas 3,41% do RN (Portal do Empreendedor, 2022).

A ausência/insuficiência de atividades econômicas com maior grau de sofisticação implica na necessidade de se adotar estratégias para gerar ocupações e renda e não depender somente de repasses do Poder Público. Neste sentido, a opção por se tornar (micro)empreendedor representa uma das poucas oportunidades para muitas pessoas, conseqüentemente, pode-se considerar que desempenha relevante papel na frágil socioeconomia do interior potiguar, assim como, de outras áreas do Semiárido Brasileiro (SB).

Pelo exposto, pretende-se discutir sobre as características fundamentais do Microempreendedor Individual (MEI), tendo como área de abrangência os municípios de Riacho da Cruz/RN, Taboleiro Grande/RN, Portalegre/RN e Viçosa/RN, situados na porção Oeste do Rio Grande do Norte, mais precisamente, integrantes da Região

Geográfica Imediata (R.G.I) de Pau dos Ferros. Os quatro municípios apresentam características econômicas típicas, com baixo dinamismo e elevada dependência de recursos externos transferidos pelo Poder Público, também se compatibilizam com o perfil demográfico predominante no interior potiguar, com populações inferiores aos 10 mil habitantes, muito embora, como não poderia ser diferente, apresentam também particularidades.

Além da introdução, o trabalho apresenta a seção 2, que traz considerações sobre as características e fatores que influenciam o empreendedorismo. A seção 3 apresenta dados e informações sobre o MEI. A seção 4 traz os procedimentos metodológicos (4.1) e a contextualização econômica e caracterização dos municípios selecionados (4.2). A seção 5 expõe os resultados e discussão e, por fim, tem-se a seção 6, com as conclusões.

CARACTERÍSTICAS E FATORES QUE INFLUENCIAM O EMPREENDEDORISMO

Landes (1994) observou a correlação virtuosa entre um ambiente afeito ao empreendedorismo e um nível mais elevado de desenvolvimento econômico. Segundo o autor, o ambiente propício e receptivo ao empreendedorismo pode ser considerado um elemento importante para explicação da Revolução Industrial (RI) ter ocorrido primeiro na Inglaterra.

Em ambientes institucionais compatíveis se verifica que o empreendedorismo eleva o potencial de dinamismo econômico, amplia as perspectivas de inovação, estimula e é estimulado pelos avanços da ciência e educação, enfim, contribui para aumentar o desenvolvimento. Verifica-se que nos países com níveis mais elevados de desenvolvimento, destacam-se empreendimentos nas áreas de tecnologias avançadas e serviços que exigem maior grau de sofisticação, como o setor financeiro, sendo o empreendedorismo o meio de difusão das inovações e mudanças capazes de potencializar ainda mais o desenvolvimento. (Arbix, 2010).

Para Dornelas (2008), o cenário econômico preponderante no início do século XXI pode ser reconhecido como “a era do empreendedorismo”, isso porque foi um período em que os empreendedores assumiram papéis de destaque no processo de difusão de novas tecnologias, estabelecimento de novas formas de relações de trabalho, implementaram estratégias empresariais inovadoras, estimularam a geração de empregos e riquezas, enfim, contribuíram para a evolução do sistema capitalista³.

Sabe-se que a economia, os meios de produção e o setor de serviços também se sofisticaram ao longo do tempo, resultando na geração de dados, informações e conhecimento sobre as melhores práticas para fomentar o empreendedorismo e, em consequência, ampliar as possibilidades de Desenvolvimento Territorial (DT), num determinado recorte geográfico (Dornelas, 2008).

Entende-se que o empreendedorismo mantém uma relação importante com a implementação e evolução do DT, por contribuir com a geração de emprego e renda, resultando em perspectivas de mudanças na estrutura econômica e social, bem como por possibilitar maior potencial de dinamização econômica dos espaços geográficos (Druciaki, 2018).

³ Considera-se que as regiões mais estimulantes para o empreendedorismo foram aquelas que mais se destacam na geração de riquezas e também de oportunidades (Dornelas, 2008).

O empreendedorismo pode ser classificado a partir das características principais, como: empreendedorismo corporativo, empreendedorismo de pequenos negócios, empreendedorismo *startup*, empreendedorismo social, empreendedorismo digital e empreendedorismo sustentável, inclusive pela possibilidade de sobreposição de características, apresentar sinergias e complementaridades, potenciando as perspectivas de DT, em recortes geográficos específicos (Baggio, Baggio, 2014).

Considera-se que a capacidade empreendedora direcionada para segmentos de elevado aporte tecnológico parece ser um traço comum das áreas com maiores níveis de desenvolvimento. Por outro lado, o empreendedorismo nas áreas pobres e/ou nos segmentos da base da pirâmide econômica suscita interpretações díspares, posto que pode ser encarado como uma alternativa para que pessoas vulneráveis economicamente possam aumentar a autonomia e a capacidade econômica, e também pode ser visto como uma estratégia para assegurar a sobrevivência, especialmente, em momentos de aumento das taxas de desemprego.

Assim, a dinâmica da economia, num dado território, torna-se elemento relevante para evidenciação das características do empreendedorismo, pois o perfil empreendedor, majoritariamente por necessidade ou oportunidade, correlaciona-se com o ambiente existente, nos diferentes contextos territoriais, mais/menos dinâmico; estimulante/restritivo; além de outros fatores que interferem nas decisões de empreender.

Sabe-se que o comportamento empreendedor tem duas causas impulsionadoras principais: a oportunidade e a necessidade. O empreendedorismo por oportunidade se relaciona ao aproveitamento de perspectivas disponíveis no mercado, diz respeito às circunstâncias favoráveis e a percepção do empreendedor acerca do funcionamento do mercado. Já o empreendedorismo por necessidade se relaciona a situação econômica vivida, em que não existem alternativas mais promissoras para a obtenção de renda (Vicenzi, Bulgacov, 2013).

Bernardi (2003) aponta uma série de fatores que influenciam o empreendedorismo, como: traços de personalidades que são inatos aos empreendedores; recebimento de herança de algum negócio; trabalhadores que não se sentem plenamente reconhecidos e buscam crescimento; dispor de habilidade específica sobre algum tipo de profissão (*know-how*); entusiasmo; formação de sociedades; aposentadoria; necessidade de realização; busca pela independência econômica; desemprego; necessidade de sair da rotina profissional; assumir maiores responsabilidades e riscos; insatisfação com a renda recebida; oportunidades para obtenção de ganhos financeiros; obter e/ou ampliar o status; buscar mudanças na qualidade de vida

Baggio, Baggio (2014), buscando estabelecer as motivações para que alguém se torne empreendedor, salienta que a motivação pode decorrer de fatores pessoais, como: desejo pessoal ou realização de algum objetivo; fatores ambientais, como visualizar uma oportunidade de sucesso em um negócio ou projeto; e fatores sociológicos, que pode ser por influências de parentes ou modelos de empreendimentos já desenvolvidos pela família.

Chiavenato (2012), sustenta que são necessárias três características para se tornar um empreendedor bem-sucedido: necessidade de realização, disposição para assumir riscos e autoconfiança.

Considerando a plausibilidade de fixação dos requisitos ideais para se tornar empreendedor poder-se-ia ensinar a empreender? Segundo Dornelas (2008) até alguns anos atrás, acreditava-se que o empreendedorismo era inato, e que o indivíduo já nasceria predestinado a ser um empreendedor bem-sucedido, entretanto, atualmente, considera-se que o espírito empreendedor pode ser despertado e/ou aperfeiçoado através de técnicas de gestão de negócios, dentre outras habilidades necessárias para aumentar as chances de êxito, inclusive pelo estudo e compreensão dos casos de sucesso⁴.

Para Dornelas (2008), quem optar por seguir o empreendedorismo deve procurar entender as habilidades necessárias, tais como saber analisar e identificar oportunidades de negócios; saber como ocorre uma inovação; ser capaz de elaborar e utilizar um plano de negócio; e saber gerenciar e fazer o empreendimento crescer.

Caracterização do Programa MEI no Brasil

Os empreendimentos de menor porte econômico apresentam semelhanças em suas características gerais, muito embora, apresentem particularidades que servem para o estabelecimento de normas e legislações que asseguram tratamentos distintos, especialmente nas searas tributária, previdenciária e trabalhista.

O MEI, no geral, é uma empresa de pequeno porte, com único representante ou proprietário. A tipologia legislativa, para fins de enquadramento legal da categoria, foi conferida pela Lei Complementar n.º 128/2008⁵, proposta pelo Governo Federal, com intuito de formalizar os pequenos negócios, assegurando-lhes tratamento de forma simplificada e sem burocratização. A formalização ocorre pela criação de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), estabelecendo-se obrigações e uma série de benefícios (Ansiliero, Costanzi, Fernandes, 2020).

Antes do MEI entrar em vigor, em 2009, foi instituído o Plano Simplificado de Previdência Social (PSPS), em 2006, cujo principal objetivo foi facilitar o pagamento de contribuições previdenciárias para quem não se encontrava no setor formal da economia, com base no estabelecimento de uma alíquota previdenciária padrão. O PSPS contemplou o contribuinte individual, antigo autônomo, sem vínculo trabalhista com empresa ou equiparada, e o segurado facultativo, podendo fazer a escolha pelo recolhimento mensal ou trimestral das contribuições (Ansiliero, Costanzi, Fernandes, 2020).

Outro Programa instituído para contemplar o perfil elegível do PMEI foi o Programa Nacional de apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE). A criação do Programa, no ano de 2020, pelo Governo Federal, deu-se em

⁴ “Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, reverenciadas e imitadas, querem deixar um legado. Uma vez que os empreendedores estão revolucionando o mundo, seu comportamento e seu próprio processo empreendedor devem ser estudados e entendidos.” (Dornelas, 2008, p. 05).

⁵ “O regime do Microempreendedor Individual, o MEI, foi criado em 2008 pela Lei Complementar 128, e começou a funcionar em julho de 2009. Trabalhadores por conta própria, com no máximo um empregado, e receita anual que não exceda R\$ 81 mil, podem se tornar MEI, obtendo um Certificado Nacional de Pessoa Jurídica, o CNPJ. A contribuição previdenciária mensal do MEI é de 5% do salário mínimo, o que hoje equivale a R\$ 66. Se forem adicionados os impostos em regime especial cobrados do MEI (ICMS e outros), o custo mensal sobe para cerca de R\$ 71.” (Schymura, 2023).

função da pandemia de COVID-19 e tinha como propósito a concessão de crédito para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SEBRAE, 2020).

Os requisitos para ingressar no PMEI são: ser maior de 18 anos, não possuir sócio, ser limitado à apenas um empregado e com faturamento anual até o montante de R\$ 81.000,00 (SEBRAE, 2022). Ainda segundo o SEBRAE (2022), tornando-se MEI, o empreendedor passa a ter direito a aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade e, em caso de óbito, a família pode ser amparada pela pensão por morte.

Já as obrigações para os optantes do PMEI são: pagamento de mensalidade ao Simples Nacional, trata-se de um montante fixo a ser recolhido, independentemente de o MEI ter lucro ou prejuízo; entregar a Declaração Anual Simplificada, que contempla as informações sobre o faturamento anual; e efetuar o pagamento da Declaração Anual do Simples Nacional – Microempreendedor Individual (DASN-MEI) (SEBRAE, 2022).

O processo de abertura de uma empresa MEI é bastante simples, sendo efetuado, via internet, no Portal do Empreendedor (site criado, em 2009, pelo Governo Federal), em que é possível se formalizar com MEI, tirar dúvidas, executar as obrigações fiscais, além de ser possível encontrar informações de capacitações para implementação do negócio (SEBRAE, 2022). A documentação necessária para criação do MEI são: Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor e número de recibo da entrega do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) (SEBRAE, 2022).

Do total de 3.359.750 novas empresas abertas no ano de 2020, 2.663.309 foram registradas como MEI, representando um crescimento de 8,4% em comparação com o ano de 2019. No terceiro quadrimestre do ano de 2020 existiam o equivalente a 11.262.383 optantes pelo MEI em atividade em todo o Brasil, sendo esse total correspondente a 56,7% dos negócios registrados no país (Brasil, 2022).

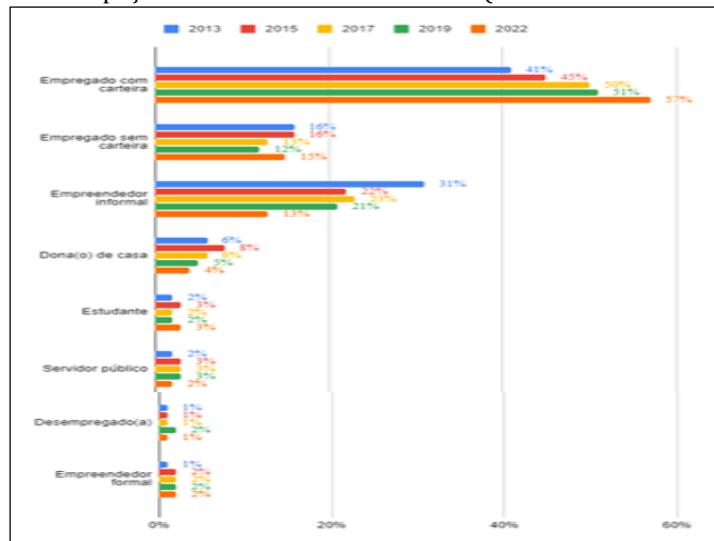
No ano de 2020, a pandemia da COVID-19 levou o mundo a enfrentar uma severa crise econômica, além do elevado número de mortes, verificou-se o fechamento de milhares de empresas, a elevação das taxas de desemprego, aumento da vulnerabilidade socioeconômica (crescimento da pobreza e extrema pobreza), além de grave comprometimento das finanças públicas. Evidentemente, o segmento do MEI não foi poupado das adversidades, muito embora, segundo o SEBRAE (2022), tenha se apresentado como uma “válvula de escape” para milhões de trabalhadores que perderam os empregos e/ou tiveram que conciliar diversas atividades econômicas⁶ para compensar perdas de renda no período da pandemia de COVID-19.

Estudo do SEBRAE (2022) apresentou dados e informações relacionados ao universo MEI. Em relação a cor: 54% do MEI declararam-se negros (pretos + pardos); 43% brancos e 3% outros.

O gráfico 1 mostra dados sobre a ocupação antes de se tornar MEI, referentes ao período de 2013 a 2022.

⁶ Saliente-se que a pandemia da COVID-19 significou uma oportunidades para negócios o atendimento via *delivery*.

Gráfico 1 – Ocupação antes de se formalizar MEI (série histórica 2013 a 2022)

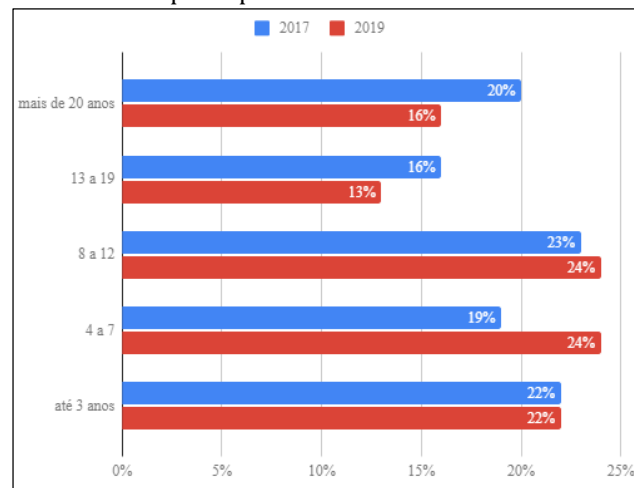


Fonte: SEBRAE (2022).

A ocupação anterior da maioria dos MEI era de empregado com carteira (57%), seguido de empregado sem carteira (15%), empreendedor informal (13%) e dono de casa (4%). Analisando o histórico desses dados, percebe-se uma diminuição significativa da participação dos MEI que eram empreendedores informais, de 31% para 13% (SEBRAE, 2022).

O gráfico 2 traz dados sobre o tempo de permanência na informalidade dos respondentes que indicaram que antes de se tornarem MEI foram empreendedores informais.

Gráfico 2 – Tempo de permanência na informalidade - Brasil

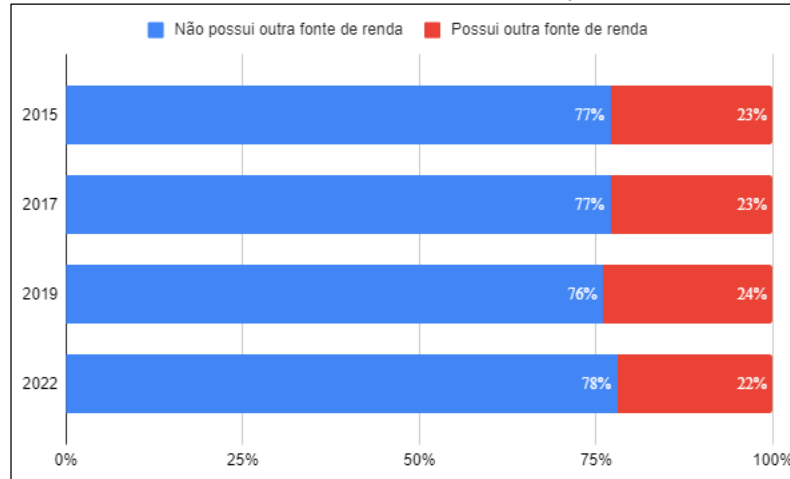


Fonte: SEBRAE (2022).

O tempo médio em que os respondentes passaram na informalidade foi de 10 anos. Os dados revelam que, em 2017, 59% passaram mais de 8 anos na informalidade, caindo para 53% em 2019.

O gráfico 3 traz dados, de 2015 A 2022, sobre a existência de outras fontes de renda do MEI. A série apresenta estabilidade, com praticamente 80% dos respondentes informando não dispor de outra fonte de renda⁷.

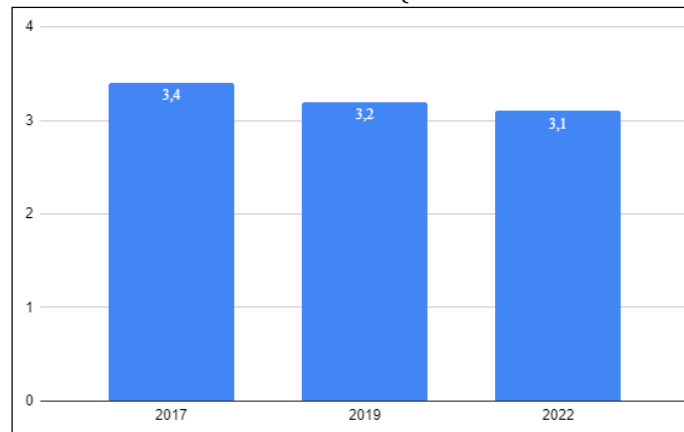
Gráfico 3 – Existência de outras fontes de renda do MEI (série histórica 2015 a 2022)



Fonte: SEBRAE (2022).

O gráfico 4 mostra o tamanho médio da família do MEI, no período de 2017 a 2022.

Gráfico 4 – Tamanho da família do MEI (série histórica de 2017 a 2022)



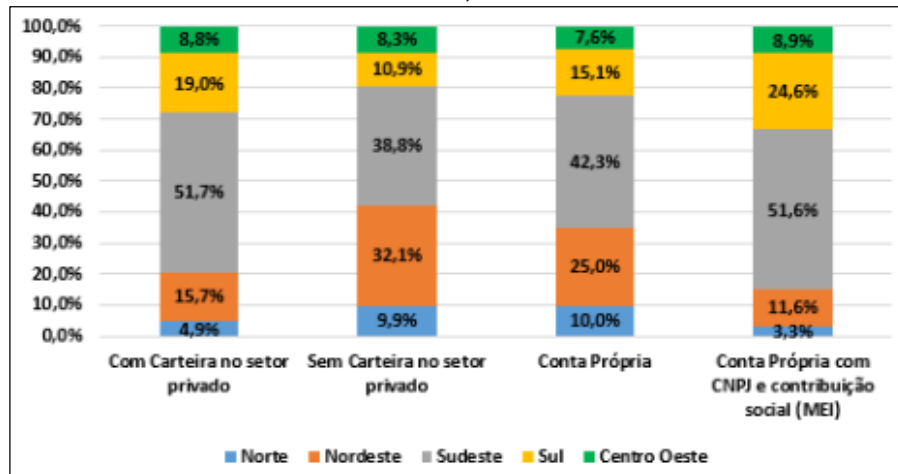
Fonte: SEBRAE (2022).

O tamanho médio da família do MEI, em 2017, era de 3,4 pessoas, passando para 3.1 pessoas em 2022, mostrando uma pequena diminuição no tamanho da família.

⁷ “Mais da metade (56,4%) dos trabalhadores do MEI ganha mais de dois salários mínimos, proporção bem superior à dos empregados formais (32%). Apenas 11,4% dos trabalhadores do MEI ganham menos que um salário mínimo. Por outro lado, uma grande parcela dos trabalhadores por conta própria (39,8%) ganha menos de um salário mínimo, a qual é próxima da proporção entre os empregados informais (44,9%). Os trabalhadores do MEI possuem maior renda mensal do trabalho (R\$ 3.783) em comparação com os trabalhadores por conta própria (R\$ 2.183), informais (R\$ 1.864) e até com carteira assinada (R\$ 2.650). Isso reforça a evidência de que o programa do MEI não é direcionado aos trabalhadores mais vulneráveis.” (Velo, Barbosa Filho, Peruchetti, 2023).

Por fim, o gráfico 5 traz dados sobre a distribuição geográfica do MEI, a partir da pesquisa⁸ elaborada por Veloso, Barbosa Filho, Peruchetti (2023).

Gráfico 5 – Composição regional dos empregados formais e informais, conta própria e MEI, 3º trimestre de 2022, em %.



Fonte: Veloso, Barbosa Filho, Peruchetti (2023).

A pesquisa de Veloso, Barbosa Filho, Peruchetti (2023) mostrou maior concentração espacial do MEI nas regiões Sul e Sudeste, áreas mais ricas do país, enquanto o Norte e o Nordeste, áreas mais pobres, apresentam maior concentração de informais e trabalhadores por conta própria.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA E CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

Procedimentos metodológicos

Utilizou-se a pesquisa descritiva e de natureza quanti-qualitativa. Também foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: 1) pesquisa bibliográfica, abordando a temática relacionada ao empreendedorismo e Programa MEI; 2) levantamento de dados em sites de órgãos públicos, como o IBGE e prefeituras; 3) pesquisa de campo.

Em consulta realizada no site da Receita Federal⁹ foram identificados 50 cadastros do MEI em Viçosa; 43 em Taboleiro Grande/RN; 46 em Riacho da Cruz/RN e 202 em Portalegre/RN. Para a identificação dos potenciais respondentes foi adotada a estratégia de consultar os cadastros existentes nos setores de tributação das prefeituras nos quatro municípios da pesquisa.

Segundo dados coletados nos setores tributários das gestões municipais dos quatro municípios, constatou-se a existência de 66 negócios com alvará de funcionamento e formalizados como MEI no município de Portalegre/RN, 60 negócios no município de Riacho da Cruz/RN, 48 negócios no município de Taboleiro Grande/RN

⁸ Importante destacar que a metodologia adotada por Veloso, Barbosa Filho, Peruchetti (2023), conforme exposto na nota de rodapé n.º 10, não foi a mesma do SEBRAE (2022).

⁹ Dados coletados no site:

<http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemei/private/pages/relatorios/relatorioMunicipioCnae.jsf>.

e 38 negócios no município de Viçosa/RN. A partir do acesso aos dados cadastrais, com os endereços dos potenciais respondentes, foi realizado um levantamento preliminar para verificação de continuidade das atividades e disponibilidade para participação na pesquisa.

Foram aplicados 54 questionários, com a seguinte distribuição: 17 integrantes do MEI do município de Portalegre/RN, 15 integrantes do município de Riacho da Cruz/RN, 12 integrantes do município de Taboleiro Grande e 10 integrantes do município de Viçosa/RN. A pesquisa de campo foi realizada em março de 2022 e os critérios de seleção dos pesquisados foram: a) Constar nos cadastros existentes nos setores de tributação das gestões municipais; b) No ato de abordagem inicial da pesquisa de campo o respondente foi instado a informar se ainda estava no MEI; c) Concordar com a realização da pesquisa e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Contextualização econômica e caracterização dos municípios selecionados

Os dados sobre a evolução da economia brasileira, a partir da estabilidade alcançada com o Plano Real, mostram um comportamento cíclico, com períodos de expansão e retração, com destaques para os resultados de maior expansão nos períodos de 1999 a 2000, de 2003 a 2004, de 2006 a 2008, do 3º trimestre de 2009 ao final de 2010, a partir de então apresentando uma trajetória de desaceleração até bater no fundo do poço, com -4,5% no segundo trimestre de 2016, passando, em sequência, para uma trajetória de recuperação até o 3º trimestre de 2018, porém com desempenho abaixo de 2% ao longo do período (taxa de crescimento medíocre), voltando a cair até bater em -3,3% no 4º trimestre de 2020, recuperando-se até o 1º trimestre de 2022 (+5,5%) e, novamente, apresentando uma trajetória de desaceleração¹⁰ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2023).

Os dados oficiais sinalizam para o comportamento cíclico da economia brasileira, mesmo após o Plano Real, em que a recuperação da estabilidade deveria ser condição suficiente para viabilizar o crescimento sustentado ao longo do tempo. Evidentemente que o desempenho dos espaços subnacionais acompanharam a trajetória geral, mas apresentaram especificidades, por exemplo, ocorreu crescimento, acima da média nacional, em algumas áreas do país, como o que sucedeu no Rio Grande do Norte (RN).

No período de 1999 a 2002, a economia potiguar apresentou uma taxa média de crescimento anual de 5,8%, despontando a prospecção de petróleo na área de Mossoró/RN e adjacências como indicativo de expansão econômica do interior potiguar. Comparativamente, no mesmo período, a Região Metropolitana de Natal alcançou crescimento médio anual de 3% (Fernandes, 2011).

O Produto Interno Bruto (PIB) potiguar alcançou crescimento anual superior ao do Nordeste e do Brasil de 1996 a 2002, sendo que, em 2003, o crescimento foi superior ao do Brasil e inferior ao do Nordeste, revertendo-se a tendência de crescimento acima, para desempenho abaixo do Nordeste e do Brasil ao longo do período de 2003 a 2010 (Freire, 2011).

A partir de 2003, verificou-se a redução da participação percentual do PIB potiguar no PIB nordestino, de 6,92%, em 2002, para 6,37%, em 2010, alcançando uma

¹⁰ Série histórica, considerando dados do PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), referente ao 1º trimestre 1996 até o 3º trimestre 2022 (IBGE, 2023).

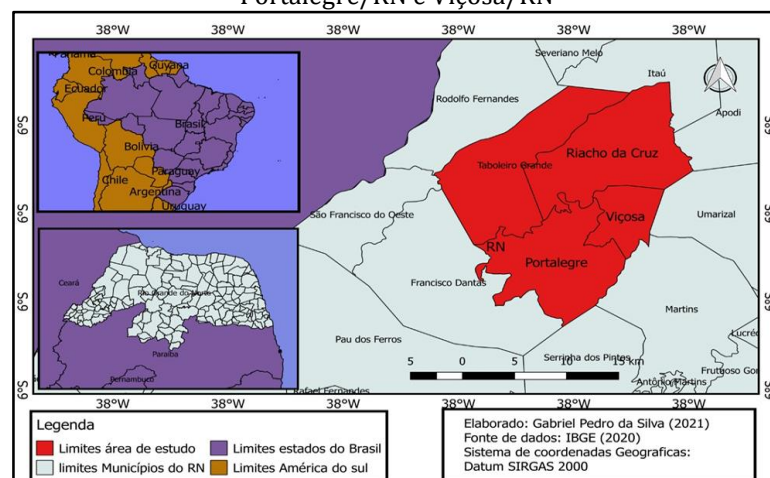
participação próxima de 7% no período de 2011 a 2014 (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte - FIERN, 2016; IBGE, 2011-14).

Um aspecto relevante é que esse movimento de expansão/retração não promoveu alterações substanciais na estrutura econômica do RN¹¹: a participação do setor de comércio e serviços era de 70,9%, em 2000, passando para 72,7%, em 2012; agropecuária respondia por 2,8%, em 2000, passando para 3,4%, em 2012; e a indústria respondia por 26,3%, em 2000, caindo para 23,9%, em 2012 (FIERN, 2016).

Os dados permitem um delineamento geral do comportamento da economia do RN, um estado periférico, cuja estrutura produtiva se caracteriza pela fragilidade competitiva: com industrialização incipiente e agricultura tradicional e arcaica predominantes; e com participante marcante do setor de serviços, principalmente comércio e setor público. Ademais, a relevância do setor público, em boa parte dos municípios do interior potiguar, tem resultado na preponderância de dinâmicas econômicas altamente dependentes das transferências de recursos, destacando-se a economia informal e pequenos negócios formalizados, especialmente de Microempreendedores Individuais (MEI).

A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Portalegre/RN, Viçosa/RN, Riacho da Cruz/RN e Taboleiro Grande/RN, que fazem parte da R.G.I de Pau dos Ferros/RN, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1 - Localização geográfica dos municípios de Riacho da Cruz/RN, Taboleiro Grande/RN, Portalegre/RN e Viçosa/RN



Fonte: IBGE (2020), elaborado por Gabriel Pedro da Silva (2021).

O município de Viçosa/RN é o menos populoso do RN, com população de 1.618 pessoas em 2010 e população estimada de 1.731 pessoas para o ano de 2021 (IBGE, 2023; 2010). Os dados econômicos do município apontavam um PIB *per capita* de R\$ 12.321,17, em 2020; com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de

¹¹ Numa perspectiva histórica mais ampla, sabe-se que a economia potiguar se constituiu como uma economia primário-exportadora, alterando seu perfil no último quartel do século XX, com incrementos propiciados pela exploração de petróleo e implantação de pequenos polos industriais na Região Metropolitana de Natal e em Mossoró/RN e, mais recentemente, pelo crescimento do setor de serviços. Não obstante, conforme indicado, as economias de boa parte dos municípios potiguares dependem do setor público, que responde: diretamente, pela geração de posto de trabalho e de renda (servidores públicos e contratados), e a partir de transferências diretas aos cidadãos que, em última instância, movimentam as economias, especialmente, o comércio.

0,592; o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,8 salários mínimos; a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, em 2020, era de 7,2% (apenas 124 pessoas); 53,5% da população, em 2010, tinha rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo (IBGE, 2023).

O município de Riacho da Cruz/RN contava com população de 3.165 pessoas em 2010 e população estimada de 3.648 pessoas para o ano de 2021 (IBGE, 2023; 2010). Os dados econômicos do município apontavam um PIB *per capita* de R\$ 9.907,86, em 2020; com IDH-M de 0,584; o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,9 salários mínimos; a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, em 2020, era de 7,3% (265 pessoas); 50,1% da população, em 2010, tinha rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo (IBGE, 2023).

O município de Taboleiro Grande/RN contava com população de 2.317 pessoas em 2010 e população estimada de 2.606 pessoas para o ano de 2021 (IBGE, 2023; 2010). Os dados econômicos do município apontavam um PIB *per capita* de R\$ 11.619,18, em 2020; com IDH-M de 0,612; o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,5 salários mínimos; a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, em 2020, era de 13,8% (356 pessoas); 49,5% da população, em 2010, tinha rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo; 97,8% das receitas, em 2015, eram oriundas de fontes externas (IBGE, 2023).

O município de Portalegre/RN¹² contava com população de 7.320 pessoas em 2010 e população estimada de 7.944 pessoas para o ano de 2021 (IBGE, 2023; 2010). Os dados econômicos do município apontavam um PIB *per capita* de R\$ 8.926,24, em 2020; com IDH-M de 0,621; o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,6 salários mínimos; a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, em 2020, era de 6,5% (510 pessoas); 50,5% da população, em 2010, tinha rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo; 93,2% das receitas, em 2015, eram oriundas de fontes externas (IBGE, 2023).

Nos quatro municípios da pesquisa de campo foram identificados muitos pequenos negócios, com predominância de comércios varejistas de mercadorias em geral (mercadinhos e mercearias), prestadores de serviços diversos (salões de beleza e barbearias) e bares e lanchonetes. Considerando a tipologia adotada por Baggio, Baggio (2014), verifica-se que a tipologia existente nos municípios pesquisados pode ser enquadrada como empreendedorismo de pequenos negócios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo nos quatro municípios do Alto Oeste Potiguar apresentou a seguinte distribuição, por sexo do respondente, para cada município: Riacho da Cruz/RN, com 73,3% de homens e 26,7% mulheres; Portalegre/RN¹³, com 59% de

¹² “O município de Portalegre/RN tem sua base econômica muito dependente do Setor Público (servidores públicos e transferências diretas à população), apresenta um setor comercial e de serviços com a presença predominante de micro e pequenas empresas, sendo muito forte a presença de informais, dispõe de alguns poucos pontos turísticos que servem, prioritariamente, ao turista da região e uma agricultura em decadência.” (Barreto Filho, 2021, p. 06).

¹³ “Pesquisa realizada por França, Estevam e Barreto Filho (2020, p. 100), com microempreendimentos apenas em Portalegre/RN, constatou que: [...], na maioria dos casos, as microempresas pesquisadas estão sendo comandadas por mulheres (56%), por pessoas casadas e/ou com relação estável (52%), possuidores de Ensino Médio completo e/ou mais anos de estudo (64%), indivíduos de cor8branca

homens e 41% de mulheres; Viçosa/RN com 70% de homens e 30% de mulheres e; Taboleiro Grande/RN, com 42% de homens e 58% de mulheres.

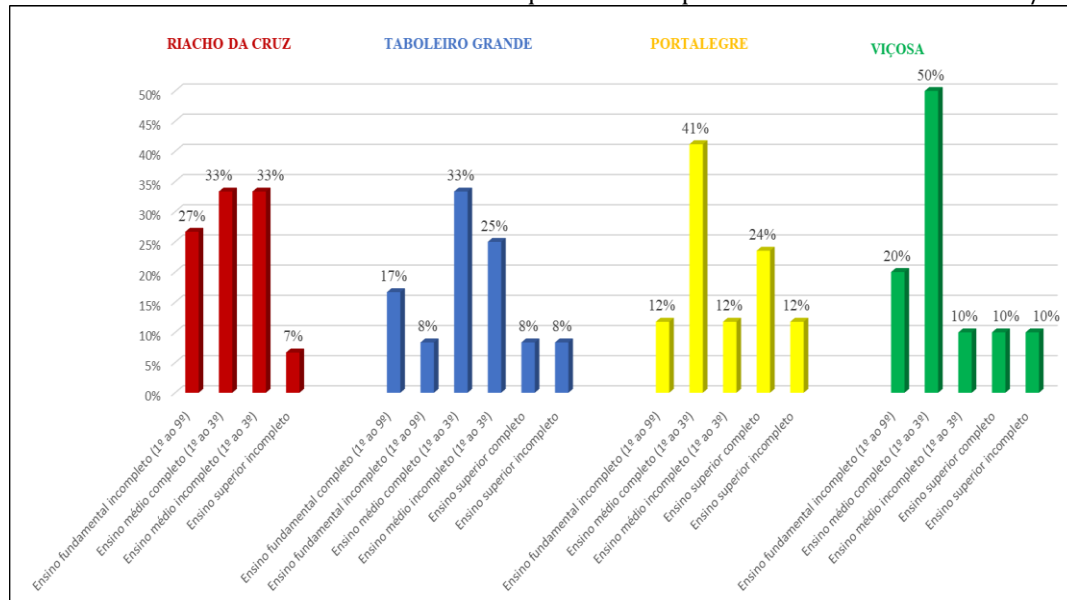
Estudo do SEBRAE (2022) apresentou dados e informações relacionados ao universo MEI do Brasil. A distribuição por sexo foi: 55% de homens e 45% de mulheres (SEBRAE, 2022). Verificou-se que em Riacho da Cruz/RN e Viçosa/RN os dados se distanciaram da média nacional, mas com predominância do sexo masculino; em Portalegre/RN os dados se aproximaram do padrão nacional e; em Taboleiro Grande/RN predominou o sexo feminino.

Em relação a faixa etária dos respondentes da pesquisa, apurou-se em Riacho da Cruz/RN que cerca de 87% tinham acima de 24 até 45 anos; em Taboleiro Grande/RN a faixa etária de 24 até 45 anos alcançou 83%; em Portalegre/RN o percentual para a mesma faixa etária foi de 94% e em Viçosa/RN foi de 80%. Conforme o SEBRAE (2022), a distribuição por faixa etária do MEI no Brasil era: 14% até 29 anos; 30% entre 30 e 39 anos; 30% entre 40 e 49 anos; e 26% tinha 50 anos ou mais.

As informações prestadas pelos respondentes sobre estado civil e condição de chefe de família: em Riacho da Cruz/RN os percentuais foram de 53% de casados e 73% informaram ser chefes de família; Portalegre/RN 53% do total eram casados e 82% indicaram ser chefes de família; em Taboleiro Grande/RN 42% eram casados e 75% informaram ser chefes de família e em Viçosa/RN os percentuais foram de 60% de casados e 60% informaram ser chefes de família. Os dados indicam que o MEI nos municípios, mesmo quando não casados se reconheciam como chefes de família, implicando numa responsabilização em relação ao sustento familiar.

O gráfico 6 apresenta dados sobre os níveis de escolaridade do MEI nos quatro municípios.

Gráfico 6 - Nível de escolaridade do MEI dos quatro municípios da R.G.I de Pau dos Ferros/RN



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

(56%), com faixa etária predominante de 25 até 45 anos (64%) e que possuem somente o microempreendimento como fonte de renda própria e da família (68%)”

Em relação ao nível de escolaridade do MEI nos municípios pesquisados, verificou-se que em Riacho da Cruz/RN 40% dos respondentes tinham o ensino médio completo ou mais e 60% até o ensino médio incompleto; em Taboleiro Grande/RN 49% tinham o ensino médio completo ou mais e 51% até o ensino médio incompleto; em Portalegre/RN¹⁴ 77% tinham o ensino médio completo ou mais e 23% até o ensino médio incompleto; Viçosa/RN com 70% dos respondentes com ensino médio completo ou mais e 30% até o ensino médio incompleto. Os níveis de escolaridade do MEI em Portalegre/RN e Viçosa/RN se aproximam do perfil apontado pela pesquisa do SEBRAE (2022).

[...] [N]a evolução histórica da escolaridade do MEI percebe-se uma tendência: No período de 2011 a 2022 há uma redução da proporção de MEI com nível intermediário de escolaridade (ensino médio ou técnico completo), que foi de 47% [em 2011] para 39% em 2019, com um leve crescimento em 2022, chegando a 42%, assim como dos níveis mais baixos de escolaridade que foram de 36% para 24%. Em compensação de 2011 a 2022, a proporção de microempreendedores individuais com ensino superior incompleto ou mais saiu de 17% para 34%, um aumento de 17 pontos percentuais (SEBRAE, 2022).

Estudo realizado por Veloso, Barbosa Filho, Peruchetti (2023), utilizando dados da Pesquisa Nacional Amostra Domicílio Contínua (PNAD-C), do primeiro trimestre de 2022, apontou que o segmento MEI¹⁵ era o que apresentava maior nível de escolaridade¹⁶.

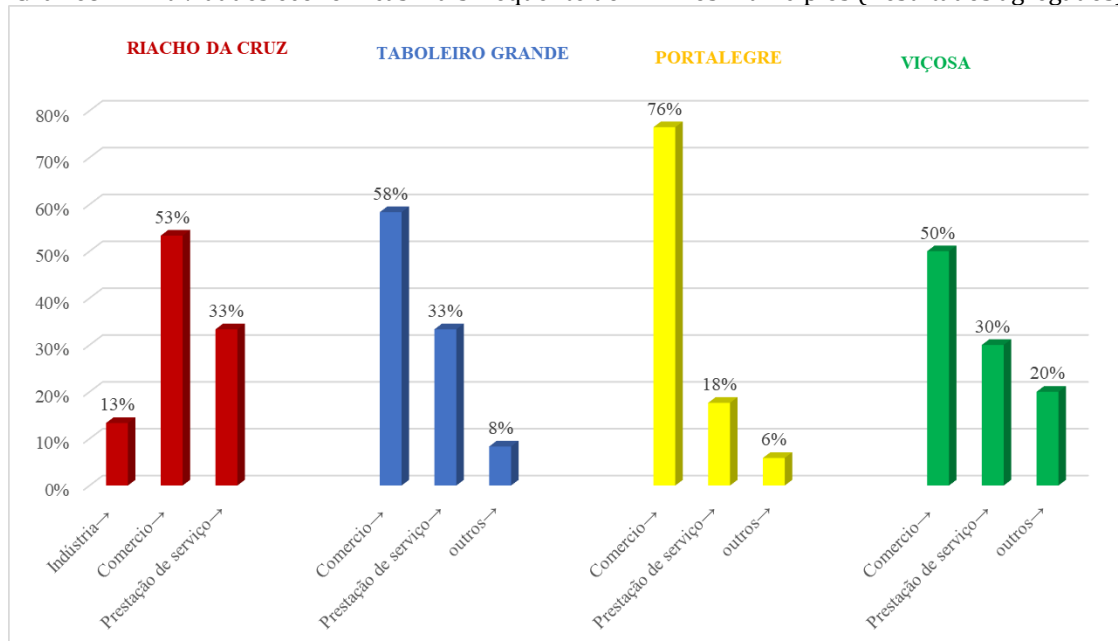
O gráfico 7 apresenta dados agregados sobre os ramos principais das atividades realizadas pelo MEI nos quatro municípios da pesquisa.

¹⁴ “Entre os microempreendedores pesquisados [em Portalegre/RN] 36% cursaram o Ensino Médio completo, 8% já possuem diploma universitário e 20% possuem o Ensino Superior incompleto. Entre os demais, 16% indicaram o Ensino Fundamental completo e 12% incompleto, e, por fim, 8% possuem Ensino Médio incompleto.” (França, Estevam, Barreto Filho, 2020, p. 99).

¹⁵ Na pesquisa de Veloso, Barbosa Filho, Peruchetti (2023), o segmento do MEI foi composto por trabalhadores por conta própria que contribuem para o sistema previdenciário e possuem CNPJ. Foi adotada uma “proxy” (aproximação) do universo do MEI em função do questionário da PNADC não incluir uma pergunta específica sobre se o respondente é MEI.

¹⁶ “[...] a composição da escolaridade do MEI é semelhante à observada para os empregados formais. Em particular, 74,7% dos MEI possuem pelo menos o ensino médio completo (inclusive superior), enquanto que a proporção correspondente para os empregados com carteira assinada é de 73,9%. Mas a parcela do MEI com ensino superior completo (31,3%) é maior que dos trabalhadores com carteira (22,4%). Os trabalhadores do MEI têm uma média de escolaridade de 12,2 anos de estudo, que é maior que a escolaridade dos empregados formais (11,8 anos de estudo) e muito superior à média dos trabalhadores por conta própria (10,1). Isso indica que, mesmo sendo altamente subsidiado, o programa do MEI não é voltado para trabalhadores com baixa escolaridade.” (Veloso, Barbosa Filho, Peruchetti, 2023).

Gráfico 7 – Atividades econômicas mais frequente do MEI nos municípios (Resultados agregados)



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Constatou-se que a maioria atuava no ramo do comércio varejista, com um percentual igual ou superior a 50% nos municípios da pesquisa. A prestação de serviços apresentou uma média de 28,5% entre os respondentes da pesquisa.

O quadro 1 apresenta as 16 atividades econômicas mais frequentes entre os optantes do ME no país.

Quadro 1 – 16 Atividades econômicas mais frequentes entre os MEI - Brasil

Atividades econômicas	%
Cabelereiros	8,1
Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios	8,0
Obras de alvenaria	4,5
Promoção de vendas	2,8
Lanchonetes, casa de chá, de sucos e similares	2,7
Comércio varejista de mercadorias em geral - minimercados, mercearias e armazéns	2,5
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	2,4
Outras atividades de beleza	2,2
Bares e similares	2,0
Instalação e manutenção elétrica	2,0
Serviços ambulantes de alimentação	2,0
Comércio varejista de bebidas	1,8
Comércio varejista de cosméticos, perfumaria e higiene pessoal	1,7
Serviços de pintura de edifícios em geral	1,4
Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	1,4
Transportes rodoviários de cargas, exceto mudanças e produtos perigosos	1,4

Fonte: SEBRAE (2022).

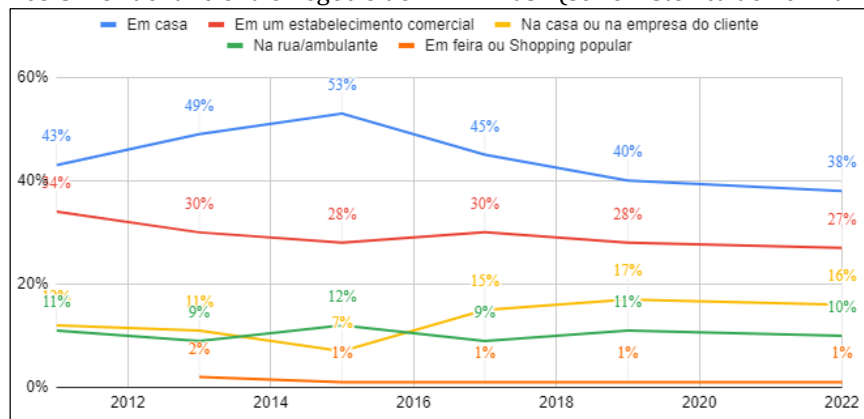
As atividades econômicas mais frequentes foram: cabelereiros, com 8,1%; comércio varejista de vestuário e acessórios, com 8%; obras de alvenaria, com 4,5%;

promoção de vendas, com 2,8%; lanchonetes e similares, com 2,7%; comércio varejista em geral, com 2,5%.

A pesquisa de campo mostrou que 74% dos respondentes realizavam suas atividades econômicas em imóveis residenciais, sendo que 75% residiam em imóveis próprios. Os dados indicam que o MEI dos municípios utilizam os imóveis em que residem para desenvolver suas atividades profissionais.

O gráfico 8 traz dados sobre o local de funcionamento do MEI, com série histórica de 2011 a 2022, para o Brasil.

Gráfico 8 – Onde funciona o negócio do MEI - Brasil (série histórica de 2011 a 2022)



Fonte: SEBRAE (2022).

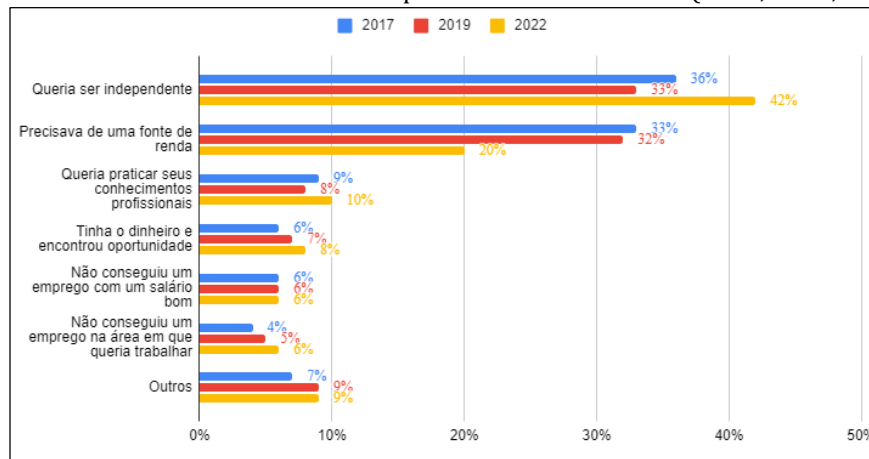
Percebe-se, na fase inicial da série histórica, uma tendência de crescimento de negócios do MEI funcionando nas casas, com 43% em 2011, passando para 53% em 2015. A partir de 2015 o percentual de negócios do MEI funcionando nas moradias passou a decrescer e chegou a 38% em 2022. A série também mostra uma tendência de redução dos negócios do MEI funcionando em estabelecimento comercial, de 34% em 2011 para 27% em 2022. Já o percentual de ambulante se manteve, razoavelmente, estável ao longo da série, próximo aos 10%. Também se manteve estável o percentual de negócios do MEI com atendimento na casa ou empresa do cliente, cerca de 15% desde 2017, inclusive no período de pandemia da COVID-19.

Os dados sobre a motivação¹⁷ para se tornar MEI nos municípios da pesquisa apontam que a principal motivação foi a obtenção de direitos previdenciários, com uma média de 43,3%, assemelhando-se a pesquisa recente do SEBRAE (2022). Os municípios de Portalegre/RN e Taboleiro Grande/RN apresentaram os maiores percentuais, com 53% e 47%, respectivamente. A segunda causa motivadora para se tornar MEI foi dispor do benefício do registro formal para o negócio, com 31% (resultado agregado), sendo citados como benefícios: a possibilidade de emissão de Nota Fiscal, acesso ao crédito, possibilidade maior de crescimento para o negócio e menor risco com a fiscalização.

¹⁷ “[...] os principais fatores indutores do microempreendedorismo no Brasil seriam: o aumento da terceirização; o excedente de mão de obra no mercado, devido ao aumento da tecnologia; a tendência a diminuição da taxa de mortalidade e o aumento da taxa de natalidade das empresas de pequeno porte; maior facilidade em enfrentar crises econômicas, devido à necessidade de poucos funcionários, investimentos financeiros baixos, terem uma produção pequena que proporciona que crises não afetem significativamente as suas produções; e devido ao espírito empreendedor do brasileiro.” (Koteski, 2004 *apud* França, Estevam, Barreto Filho, 2020, p. 92).

O gráfico 9 apresenta a motivação para se tornar empreendedor no Brasil, nos anos de 2017, 2019 e 2022.

Gráfico 9 – Motivos de escolher o empreendedorismo – Brasil (2017; 2019; 2022)

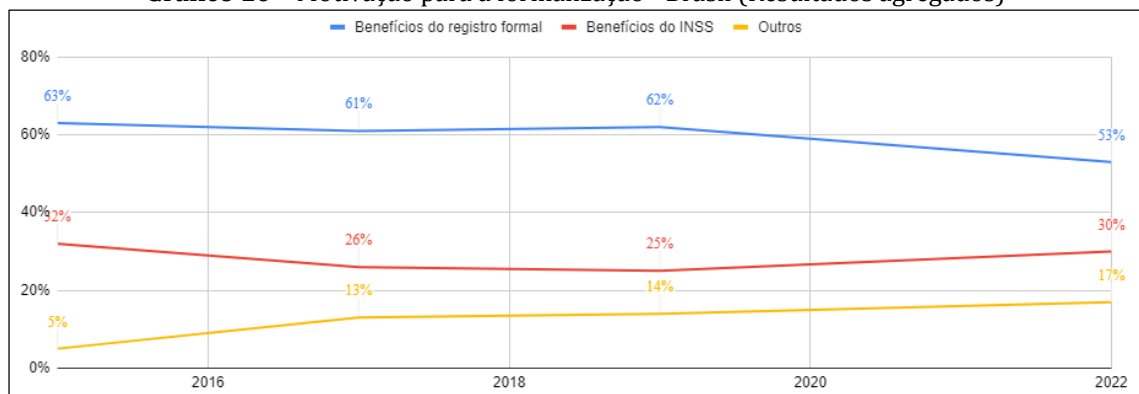


Fonte: SEBRAE (2022).

As principais motivações para se tornar empreendedor, nos anos de 2017, 2019 e 2022, foram: independência proporcionada, com 36%, 33% e 42% nos respectivos anos; necessidade de uma fonte de renda, com 33%, 32% e 20%; e praticar os conhecimentos profissionais, com 9%, 8% e 10%.

O gráfico 10 apresenta dados sobre a motivação para a formalização, por resultados agregados. Assim, o agregado “Benefícios do registro formal” é o somatório das respostas “ter uma empresa”, “poder emitir nota”, “evitar problemas com a fiscalização” etc., representando o maior percentual (SEBRAE, 2022).

Gráfico 10 – Motivação para a formalização - Brasil (Resultados agregados)



Fonte: SEBRAE (2022).

Quando se considera a principal motivação para se tornar empreendedor, em 2022, sem resultado agregado: “[...] as respostas principais foram os benefícios do INSS (30%), ter uma empresa formal (23%), a possibilidade de emitir nota fiscal (12%) e a facilidade de abrir a empresa (4%)” (SEBRAE, 2022).

Para o SEBRAE (2022), os mais jovens apontam a vontade de alcançar a independência financeira como motivação para se tornar empreendedor, tem-se como

principal motivação, entre aqueles com mais de 50 anos, a necessidade de contar com uma fonte de renda.

A tabela 1 traz dados sobre a formalização do MEI nos municípios da pesquisa. Apresenta a sistematização de resultados sobre questões que remetem aos possíveis benefícios que a formalização do MEI proporcionou para os microempreendedores pesquisados.

Tabela 1 – Questões referentes a formalização dos MEI's dos quatro municípios da pesquisa

	Viçosa/RN		Riacho da Cruz/RN		Taboleiro Grande/RN		Portalegre/RN	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Formalização do MEI contribuiu no aumento das vendas/serviços?	80%	20%	66,7%	33,3%	41,7%	58,3%	52,9%	47,1%
A formalização contribuiu na melhora das condições de compra com seus fornecedores?	80%	20%	60%	40%	83,3%	16,7%	82,4%	17,6%
Solicitou algum tipo de crédito/empréstimo após a formalização?	40%	60%	26,7%	73,3%	16,7%	83,3%	52,9%	47,1%
(*) Se solicitou crédito/empréstimo obteve sucesso?	100%	0%	75%	25%	50%	50%	67%	33%

Fonte: Pesquisa de campo (2022). (*) pergunta realizada para o MEI que buscou crédito/empréstimo.

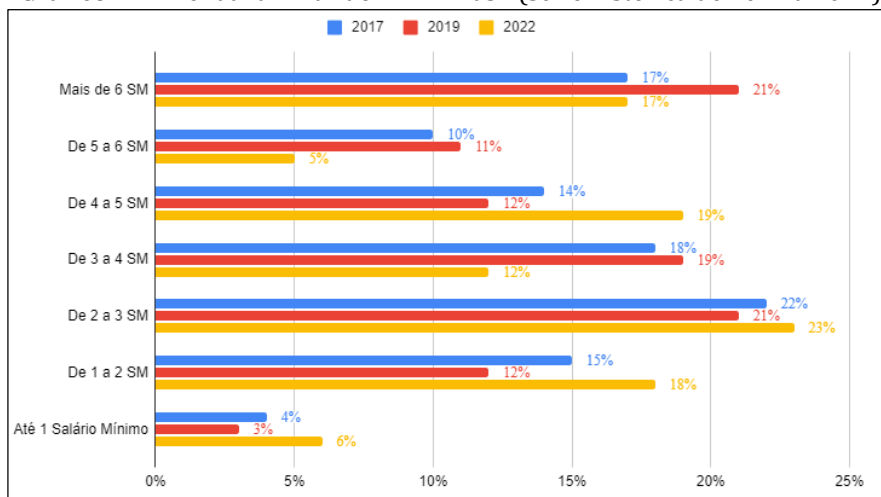
Nota-se que nos municípios de Viçosa/RN, Riacho da Cruz/RN e Portalegre/RN os respondentes consideraram que a formalização foi positiva para o aumento das vendas, sendo o caso de Taboleiro Grande/RN destoante desta percepção. Em todos os municípios os respondentes consideraram à adesão ao MEI um facilitador nas relações com fornecedores. Quanto ao acesso ao crédito apenas os respondente de Portalegre/RN foram maioria na solicitação, com taxa de êxito de 67% entre aqueles que pleitearam crédito/empréstimo.

Dentre as distintas contingências para se buscar acessar linhas de crédito/empréstimo, tem-se questões relacionadas a necessidade, ao receio de contrair endividamento, as perspectivas do mercado, ao cumprimento de exigências burocráticas, ao tempo de atuação como empreendedor, dentre outras.

Em Riacho da Cruz/RN, 66% dos respondentes indicaram mais de 5 anos de formalização, em Portalegre/RN apenas 12% tinham mais de 5 anos de formalização, já em Viçosa/RN o percentual foi de 30% e Taboleiro Grande/RN foi de 33%. Quando considerado o tempo de formalização, percebe-se que os microempreendedores portalegrenses apresentaram menor tempo de formalização e maior protagonismo na busca por crédito/empréstimo. Deve-se considerar também que a economia de Portalegre/RN apresenta um pouco mais de dinamismo econômico, inclusive por dispor de algum potencial turístico.

O gráfico 11 mostra dados sobre a renda familiar do MEI, para o período de 2017 a 2022.

Gráfico 11 – Renda familiar do MEI - Brasil (série histórica de 2017 a 2022)

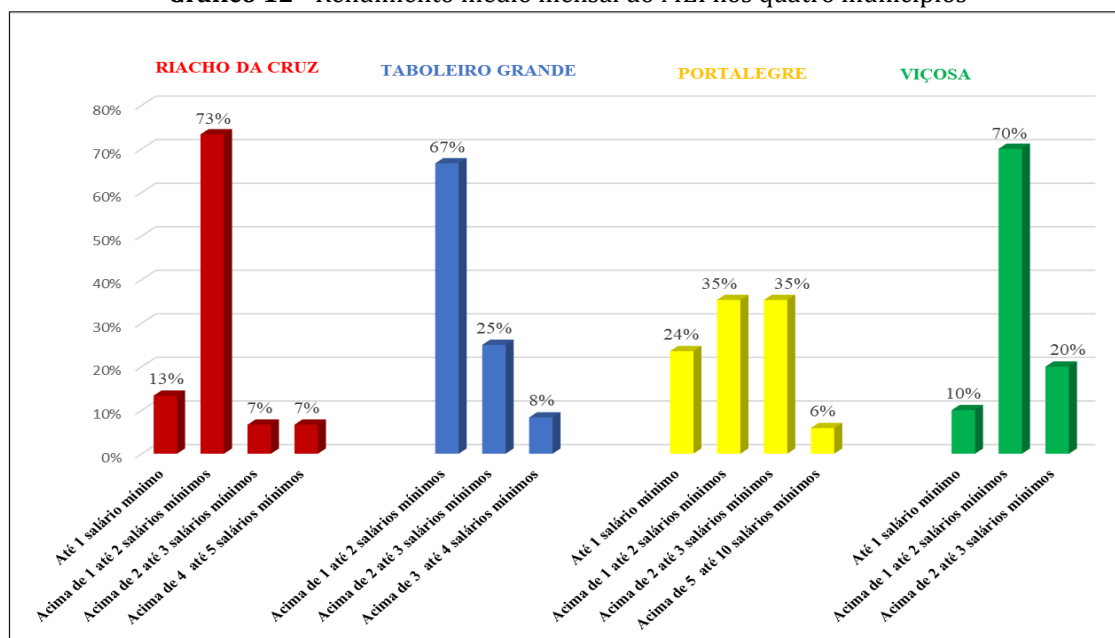


Fonte: SEBRAE (2022).

Verifica-se que, em 2022, 59% tinham renda familiar de até quatro salários mínimos. Já em 2019, 55% tinham renda familiar de até quatro salários mínimos e 59% em 2017.

O gráfico 12 apresenta dados sobre renda do MEI dos quatro municípios.

Gráfico 12 - Rendimento médio mensal do MEI nos quatro municípios



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Em relação ao rendimento mensal médio obtido através do negócio, verificou-se que, em Riacho da Cruz/RN, 86% tinham renda de até dois salários mínimos; em Taboleiro Grande/RN, o percentual alcançou 67%; em Portalegre/RN 59% e em

Viçosa/RN foi de 80%. Vale destacar que, em Riacho da Cruz/RN, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,9 salários mínimos, assim 87% do MEI se aproximam ou estão acima dessa média. Em Taboleiro Grande/RN o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,5 salários mínimos e 100% do MEI se aproximam ou estão acima dessa média. Em Portalegre/RN o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,6 salários mínimos, assim 76% do MEI se aproximam ou estão acima dessa média. Em Viçosa/RN o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,8 salários mínimos e 90% do MEI se aproximam ou estão acima dessa média.

Os dados da pesquisa de campo sugerem que a situação econômica dos respondentes, vis-à-vis ao padrão de vida nos quatro municípios, parece bem razoável. Em Riacho da Cruz/RN, 53% dos respondentes informaram que a família dispunha de outras fontes de renda, sendo que 67% contavam com um familiar com emprego formal (servidor público e/ou com carteira assinada). Em Taboleiro Grande/RN, 58% informaram que a família dispunha de outras fontes de renda, sendo que 57% contavam com um familiar com emprego formal. Em Viçosa/RN, 70% dos respondentes dispunham de outra fonte de renda na família e 20% contavam com um familiar com emprego formal. Em Portalegre/RN, 70% informaram que a família dispunha de outras fontes de renda, sendo que 70% contavam com um familiar com emprego formal. O resultado, em Portalegre/RN, divergiu do que foi identificado por França, Estevam e Barreto Filho (2020), quando 68% dos microempreendedores pesquisados informaram não dispor de outras fontes de renda, nem pessoal, nem de outro familiar.

Para Baggio, Baggio (2014), o empreendedorismo estimula a inovação e a geração de conhecimento, sendo elemento relevante para dinamização de qualquer território, inclusive se constitui em opção para territórios com níveis mais baixos de desenvolvimento, pois se compatibiliza com ambientes em que predominam os microempreendimentos e empresas de pequeno porte, como por exemplo: Microempreendedor Individual (MEI), Empresário Individual (EI), Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Restou evidenciada a predominância de homens, entre os respondentes da pesquisa, nos municípios de Riacho da Cruz/RN, Portalegre/RN e Viçosa/RN, enquanto em Taboleiro Grande/RN a maioria dos respondentes foi de mulheres, com 58%. A faixa etária que concentrou a maioria dos respondentes foi a de 24 anos até 45 anos, com predomínio de casados/casadas em Riacho da Cruz/RN, Portalegre/RN e Viçosa/RN e de solteiros/solteiras em Taboleiro Grande/RN. Em todos os municípios pelo ou menos 60% dos pesquisados indicou ser chefe de família e a escolaridade média predominante foi de ensino médio completo ou mais anos de escolaridade.

A maioria dos pesquisados atuava no ramo do comércio varejista, realizando suas atividades econômicas no próprio domicílio. Já a principal motivação para se tornar MEI foi a perspectiva de acessar benefícios previdenciários, seguida pela possibilidade de melhorar os resultados dos negócios.

Neste sentido, a maior parte dos pesquisados indicou que a formalização trouxe benefícios para as vendas, excetuando o MEI de Taboleiro Grande/RN, indicaram também que o ingresso no MEI favoreceu o relacionamento com os fornecedores. De outro lado, a maioria não procurou contrair empréstimos, excetuando-se o MEI de

Portalegre/RN em que 52,9% dos respondentes buscaram acessar linhas de crédito/empréstimos, tendo uma taxa de êxito de 67%.

Pode-se considerar que a maior disposição para buscar crédito/empréstimos do MEI de Portalegre/RN pode ser decorrente do maior dinamismo econômico existente no município quando comparado aos outros três. Saliente-se que o perfil econômico da área pesquisada não apresenta diferenciação acentuada, sendo muito dependentes de receitas externas e com elevada participação do setor público, contudo Portalegre/RN é o que tem maior população, similar ao somatório dos demais, e se notabiliza por atrair turistas da região para apreciar o clima e as belezas serranas. Não obstante, Portalegre/RN é o que apresenta o menor PIB *per capita*.

Notou-se que, em sua maioria, o rendimento médio mensal do MEI foi de até dois salários mínimos. Muito embora não seja um nível de rendimento elevado, tem-se que considerar o contexto socioeconômico da área pesquisada e o padrão salarial dos trabalhadores formais que não alcança dois salários mínimos em nenhum dos municípios pesquisados. Ademais, a maioria dos respondentes indicou que as famílias dispunham de outras fontes de renda e contavam com familiar inserido no mercado formal de trabalho.

Por fim, verificou-se que as condições de vida dos respondentes da pesquisa se aproximam ou superam aquelas dos trabalhadores formais e se situam acima da maior parte das pessoas que residem nos municípios de Riacho da Cruz/RN, Portalegre/RN e Viçosa/RN, uma vez que, considerando os dados do IBGE (2010), mais de 50% da população sobreviviam com rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salário mínimo e em Taboleiro Grande/RN o percentual de pessoas com rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salário mínimo era de 49,5%.

O senso de oportunidade é um elemento importante para que um indivíduo se torne um empreendedor, devendo estar atento em relação ao contexto socioeconômico em que se encontra. Neste sentido, pode-se considerar que o empreendedorismo é um fenômeno territorial, portanto, inter-relacionando-se com os aspectos internos de cada território e resultando em perfis empreendedores diversos.

REFERÊNCIAS

Ansiliero, G.; Costanzi, R. N.; Fernandes, A. Z. (2020). Análise descritiva das políticas públicas de inclusão previdenciária dos trabalhadores autônomos: o Plano Simplificado de Previdência Social e o microempreendedor individual. *Texto para discussão N. 2546*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Arbix, G. (2010). Inovação e desenvolvimento. In: Arbix, G. et al. (Orgs.). *Inovação: estratégia de sete países*. - Cadernos da indústria ABDI; XV, Brasília, DF: ABDI.

Baggio, A. F.; Baggio, D. K. (2014). Empreendedorismo: Conceitos e definições. *Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, v. 1(1), p. 25-38.

Barreto Filho, B. de F. (2021). A produção do espaço em Portalegre/RN. *Journal of Urban Technology and Sustainability*, v. 4, n. 1, p. e31-e31.

Brasil. (2022). *Painéis do Mapa de Empresas*.

Chiavenato, I. (2012). *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. 4. ed. Barueri/SP: Manole.

Dornelas, J. C. A. (2008). *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 3. ed. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier.

Druciaki, F. P. (2018). Desenvolvimento Territorial: Conceito e elementos. In: BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; LIMA, J. F. de. *Economia e desenvolvimento territorial*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Núcleo de Desenvolvimento Regional – NDR. Toledo/PR: UNIOESTE, p. 21-35.

Fernandes, K. C. (2011). Estrutura econômica, mercado de trabalho e evolução sócio-ocupacional no Rio Grande do Norte 2001 a 2008: reflexo de uma condição mercantil e estruturalmente periférica. 246 f. *Tese* (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN). (2016). *Programa Mais RN*.

França, A. A. de; Estevam, S. M.; Barreto Filho, B. de F. (2020). Microempreendedorismo e desenvolvimento local em Portalegre/RN: panorama atual. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, p. 88-105.

Freire, A. (2011). “*Na última década o RN cresceu menos que o Brasil e o Nordeste*”.

Brasil, I. B. G. E. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Canal @Cidades, Panorama Viçosa/RN, 2023*.

Brasil, I. B. G. E. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Canal @Cidades, Panorama Riacho da Cruz/RN, 2023*.

Brasil, I. B. G. E. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Canal @Cidades, Panorama Taboleiro Grande/RN, 2023*.

Brasil, I. B. G. E. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Canal @Cidades, Panorama Portalegre/RN, 2023*.

Brasil, I. B. G. E. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. *Riacho da Cruz/RN*. 2010.

Brasil, I. B. G. E. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. *Viçosa/RN*. 2010.

Brasil, I. B. G. E. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. *Taboleiro Grande/RN*. 2010.

Brasil, I. B. G. E. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. *Portalegre/RN*. 2010.

Brasil, I. B. G. E. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto a preços correntes*. Séries históricas. Brasil. [Vários anos].

Brasil, I. B. G. E. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto a preços correntes*. Séries históricas. Rio Grande do Norte. [Vários anos].

Landes, D. S. (1994). *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Portal do Empreendedor (2022). *Empresas e negócios*.

Schymura, L. G. (2023). *MEI, programa com muitos problemas, precisa de reformulação, e não de ampliação*. Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro: IBRE-FGV.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). (2022). *DATASEBRAE. Perfil do MEI*.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). (2022). *Tire suas dúvidas sobre o MEI*.

Veloso, F.; Barbosa Filho, F. de H; Peruchetti, P. (2023). *Análise do MEI: Evolução, características socioeconômicas e sustentabilidade fiscal*. Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro: IBRE-FGV.

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 09/07/2023

Aprovado em: 01/10/2023

Received in: July 09, 2023

Approved in: October 01, 2023